



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19/10/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Boa tarde. Com a presença dos Vereadores Fernando Holiday e Soninha Francine, Vice-Presidente desta Comissão, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública realizada por esta Comissão em 2019 e a primeira audiência pública regional sobre o PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a receita do Município de São Paulo para o exercício de 2020.

Informo que o convite para as audiências públicas a esse projeto foi publicado no *Diário Oficial da Cidade*, nos dias 18, 19 e 20 de outubro; em dois jornais de grande circulação – *O Estado de S.Paulo*, no dia 17 de outubro, e *Folha de S.Paulo*, no dia 18 de outubro -; e disponibilizado no site <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/orcamento-2020-confira-o-calendario-de-audiencias-publicas/>, onde se encontra o calendário completo de todas as audiências sobre a matéria.

Haverá audiências regionais, algumas agrupadas por subprefeitura; outras, exclusivas, em função de vários fatores. Como Cidade Tiradentes, por exemplo, é muito distante de outras subprefeituras, terá uma audiência exclusiva. Outras, cujas distâncias não são tão grandes, estão agrupadas. Haverá 11 audiências públicas temáticas, essas todas na Câmara Municipal de São Paulo.

Destaco que dia 23, quarta-feira, das 10h30min às 13h, haverá a primeira audiência pública geral, promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, com a presença de representantes da Secretaria Municipal da Fazenda, do Tribunal de Contas do Município e da Secretaria Municipal de Governo. No dia 4 de novembro, segunda-feira, das 10h30 às 13h, haverá a primeira audiência pública temática, “Educação e Esportes”, com representantes dessas duas pastas. No mesmo dia, das 14h30 às 18h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, haverá a segunda audiência pública temática, englobando Assistência Social, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, e Direitos Humanos, com representantes dessas três Secretarias. Após esses dias, os subsequentes estão no calendário, que está à disposição no site já informado.

O Vereador Fernando Holiday quer falar algo neste início de audiência pública?

(Pausa) O.k., no final. Não é bem praxe nas audiências públicas, mas, como não somos tão numerosos assim, eu gostaria que fosse rapidamente passado o microfone para que todos vocês se apresentassem, dizendo basicamente a que regiões pertencem, se a alguma das três em especial, e se há algum tema sobre o qual vocês se dedicam especialmente. No caso da de assessores de Vereadores, eu gostaria que também se identificassem para que a população possa saber. (Pausa)

A SRA. MARIA SAMPAIO BONAFÉ – Boa tarde. Sou da Subprefeitura do Butantã, do Planejamento Urbano. Nesta ocasião, estou também representando o Subprefeito.

O SR. CESAR PEGORARO – Boa tarde a todos. Sou ambientalista. Minha área de interesse é meio ambiente e cidadania. Venho falar sobre o Parque Linear Água Podre.

A SRA. MÁRCIA REGIS – Sou Conselheira Tutelar e moradora de Pinheiros.

O SR. HELVIO NICOLAU MOISES – Boa tarde. Represento o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. MARCOS HIRASHIMA – Boa tarde a todos. Represento os moradores da Vila Jaguara.

O SR. LUIZ - Boa tarde. Sou Luiz, também represento os moradores de Vila Piauí e Jardim Marisa, do Distrito de Vila Jaguara.

O SR VANDERLEI CAMPOS – Boa tarde. Na verdade, resido em Rio das Ostras, Rio de Janeiro, e sou Presidente do Conselho Municipal do Conselho Participativo daquela cidade. Estou aqui para observar os debates e levar a mesma prática para nossa região.

A SRA. MARISA DIAS – Boa tarde. Sou de São Paulo, conheço o trabalho de vocês, mas hoje moro em Rio das Ostras e também faço parte do Conselho Participativo de lá.

O SR. LEONARDO BEZERRA – Boa tarde. Moro em Pinheiros, estou vindo como cidadão. É a primeira audiência pública de que participo. Boa tarde à Vereadora Soninha Francine, ao Vereador Fernando Holiday e aos demais.

O SR. MORGAN AUGUSTO DE OLIVEIRA – Boa tarde. Sou morador da Subprefeitura Jabaquara e hoje estou aqui na qualidade de representante da Comissão de

Relação com a Câmara Municipal, da OAB SP, criada exatamente para ser mais um canal da sociedade civil em relação à comunicação com a Câmara Municipal e os Vereadores em geral.

(NÃO IDENTIFICADA) – Boa tarde. Trabalho na assessoria da Vereadora Soninha Francine. Eu não moro na região, moro na Bela Vista, bem próxima da Câmara Municipal. Há várias temáticas que me interessam, mas principalmente população de rua e dependentes químicos.

O SR. ANDRÉ – Sou cidadão da zona Oeste, especificamente do Jaguaré. A temática em que estou mais interessado é a mobilidade urbana e educação, visto que eu trabalho na área.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Sou morador da região do Ipiranga e estou aqui representando a cidade de São Paulo. Um abraço.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Boa tarde. Sou conselheiro de saúde eleito, da Supervisão Técnica, para Pinheiros.

O SR. TOMAZ LEVY FREGNI - Boa tarde a todos. Me chamo Tomaz; estou representando o Subprefeito da Lapa, Leonardo Casal.

O SR. CÉSAR HERNANDEZ - Boa tarde a todos. Sou César, Chefe de Gabinete da Vereadora Soninha e morador da região de Pinheiros.

A SRA. ROSANA – Boa tarde. Sou moradora da região de Butantã.

O SR. RICARDO – Boa tarde. Sou da equipe da TV Câmara São Paulo.

O SR. HÉLIO – Sou da TV Câmara São Paulo.

O SR. ROGER – Boa tarde. Sou morador da região do Butantã e também da Diretoria Regional de Educação do Butantã. Represento o Prof. Rui, nosso Diretor Regional.

O SR. PEDRO CARLOS BIANGULI DE FARIA – Boa tarde a todos. Sou da assessoria do Vereador Alessandro Guedes, que é o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que, não podendo estar presente, pediu que eu acompanhasse a reunião. Muito obrigado a todos pela participação.

O SR. EMERSON RILDO ARAUJO DE CARVALHO – Boa tarde. Sou da

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento da Câmara Municipal.

O SR. MARCOS - Boa tarde a todos. GCM Marcos e Subinspetora Andrade. Somos da Câmara Municipal.

O SR. ARTUR – Boa tarde. Sou servidor da Prefeitura, representando a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal – SUPOM, da Secretaria da Fazenda do Município.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Quero agradecer, em especial, a presença do Subprefeito de Pinheiros, o Sr. João Grande, e convidá-lo a fazer parte da Mesa. Como se sentir mais à vontade, tem um lugar aqui que é seu, pode vir.

Agradeço a presença da representante do Subprefeito do Butantã, do representante do Subprefeito da Lapa e da assessoria da Comissão de Finanças. Quem mais não se apresentou pode dar um alô.

Depois a gente chega o microfone lá.

Subprefeito, o senhor quer dizer umas palavras na abertura?

O SR. JOÃO GRANDE - Boa tarde a todos. Quero registrar a alegria e satisfação em sediar e receber a primeira audiência pública, pois serão várias ao longo das próximas semanas. Registro a satisfação em receber todos os presentes, cumprimento o Vereador Fernando Holiday, a Vereadora Soninha, e me coloco à disposição naquilo que puder contribuir.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A programação desta audiência é a seguinte: uma breve exposição - breve eu digo 15 minutos. Na sequência, abriremos a palavra para as contribuições. Pelo Regimento, cada pessoa tem direito a três minutos de palavra, não seremos super-rigorosos, mas vamos anunciar quando já deu três minutos. Se estivermos no horário, alguém quiser voltar a se inscrever para falar novamente, existe essa possibilidade.

Na primeira parte, não sei o quanto está legível, mas eu vou falar, então tudo bem.

(Pausa)

Primeiro, é importante que todos e todas saibam como obter por si mesmos as informações sobre o orçamento. O que a gente consegue fazer aqui é uma apresentação muito resumida, mas as informações estão disponíveis no *site* da Secretaria da Fazenda, mas não são tão fáceis de encontrar.

Há mais de um caminho para chegar lá, mas o mais intuitivo, o que menos precisa decorar, acredito que seja este: página da Prefeitura, capital.sp.gov.br, ou prefeitura.sp.gov.br; selecionar na página Fazenda - que aparece num quadro em destaque - lá tem um menu lateral bem extenso, bem embaixo: orçamento. Clicando em orçamento, abre um quadro com várias abas, onde uma delas é proposta. Selecionando lá 2020, abre o acesso para diversos documentos relacionados ao orçamento.

O orçamento tem uma primeira parte de texto, que é um resumo básico das dotações, das secretarias, dos órgãos públicos, depois há inúmeros anexos que organizam os dados por vários critérios diferentes. Segundo a função, segundo o tipo de despesa, por subprefeitura, por secretaria, detalhando um pouco mais.

No final de todos esses arquivos há a possibilidade de acessar uma tabela, numa planilha de Excell, que dá para agrupar e desagrupar os dados conforme o interesse de cada um. Se vocês quiserem, por exemplo, selecionar na grande tabela só habitação, é possível aplicar esse filtro, tirar todas as outras informações e olhar exclusivamente para a habitação.

O que é o processo de elaboração do orçamento para poder saber exatamente em que estágio a gente está disso?

Todo governo elabora no seu primeiro ano o Plano Plurianual, que é um plano para os quatro anos seguintes. Depois, no primeiro semestre de cada ano, e tem de ser coerente com o Plano Plurianual, é votada, na Câmara, a Lei de Diretrizes Orçamentárias que estabelece as grandes linhas do orçamento, faz as primeiras previsões. Depois, a Lei Orçamentária Anual essa sim estabelece item por item, rubrica por rubrica, quais os valores previstos.

Qual é caminho? A LOA é um projeto de lei e, como todo o projeto de lei, passa

pela Câmara, pode sofrer - é lógico, e sofre - interferências, mas a gente não consegue mexer em tudo, porque algumas despesas são muito rígidas. As despesas rígidas são, por exemplo, a folha de pagamento para os servidores de carreira, essa é uma previsão que a gente não pode mexer. Também as aposentadorias e há alguns deveres que a Prefeitura tem de honrar, que o Poder Executivo, a Administração Municipal tem de honrar, assim como outras despesas que são, por exemplo, os mínimos obrigatórios estabelecidos na Constituição e na Lei Orgânica.

Então a Lei Orgânica do Município diz que, no mínimo, 31% da receita de impostos têm de ser usado em educação. Se a gente tivesse aquele famoso gráfico de pizza do orçamento, vamos supor, isso aqui é para educação e ninguém tasca. Em seguida vem o mínimo obrigatório para a saúde, o pagamento de precatórios e outras dívidas.

A parte que sobra do orçamento, um pouco mais livre, é uma fatiazinha deste tamanho. Claro que essa fatiazinha pode ser de quatro bilhões. Nem sei o quanto é, não fiz o cálculo neste ano. Mas ainda assim é isso que a gente pode disputar ou, no âmbito dessas outras despesas, disputar para onde elas vão.

Vamos supor que a gente identifica que dentro do orçamento da educação podia tirar um pouco de dinheiro dessa dotação para aumentar para o acervo de bibliotecas dos CEUs, por exemplo. Então a gente tem uma previsão de receita e, dentro dessa previsão é que a gente precisa trabalhar para conseguir aumentar ou distribuir os recursos de outra forma.

Antes de apresentar o PL, o Executivo faz as suas consultas internas. Como já estive lá, já fui secretária, fui subprefeita, então sei perfeitamente que os órgãos públicos são consultados: alô Subprefeitura de Pinheiros - espero que tenha sido consultada - como que está a previsão para o ano que vem? Olha a gente precisaria disso, disso, disso, daquilo. Todas pedem, todas as secretarias municipais, a Fazenda analisa todas as previsões e fala: um pouco menos daqui, um pouco menos dali.

Às vezes a gente acha que a frustração é só da população, mas quem está no Governo também gostaria de ter mais dinheiro do que tem, muitas vezes. A população também é ouvida em audiências públicas.

Alguém aqui participou das audiências públicas do mês de julho? (Pausa) Nessa etapa as audiências foram organizadas pelo Poder Executivo, depois foi elaborado o projeto de lei orçamentária que vem para uma análise da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, da qual nós dois somos membros, o Vereador Alessandro Guedes é o presidente e há outros seis integrantes.

Da Comissão de Finanças sai o relator do orçamento que nós ainda não sabemos quem será dos nove componentes. O relator é quem vai concentrar o recebimento de todas as informações, por exemplo, da transcrição desta e de todas as audiências públicas para fazer o seu parecer dizendo: olha, no meu ponto de vista, a gente tira dinheiro daqui, coloca aqui.

Os Vereadores da Comissão também opinam, vocês têm influência nessa etapa. A Comissão discute, delibera o parecer do relator, depois tem uma avaliação em Plenário e depois a apresentação das emendas dos Vereadores. Todos os 55 Vereadores podem sugerir alterações no orçamento, que são as famosas emendas parlamentares.

Normalmente, existe um valor igual para todos os Vereadores, atribuído para a elaboração de emendas. No ano passado foi de quatro milhões de reais. Significa que o Vereador vai gastar quatro milhões de reais? Não. O Vereador vai indicar onde ele defende que sejam usados esses quatro milhões de reais.

E aí o Vereador tem razoável liberdade para dizer, um Vereador vai dizer dois milhões de reais nessa obra; dois milhões naquela outra. Outro Vereador vai fazer muitas emendas parlamentares de 100 mil reais - aqui para essa praça, esse parque, para essa intervenção.

Então, tem alguma liberdade, mas de todo jeito dentro da estrutura geral do orçamento, porque um órgão executivo é quem vai gastar efetivamente esse dinheiro. Então, nós estamos nesta etapa. Ainda teremos o parecer do relator na Comissão de Finanças e o parecer pode tanto quanto possível levar em conta as demandas da população e depois tem a fase de emendas em que cada Vereador tem essa possibilidade de fazer alguma indicação pontual.

Temos aqui os principais valores. Peço para o Vereador Fernando Holiday me ajudar enquanto eu leio aqui. A receita prevista para o ano que vem é de 60 bilhões de receitas correntes. Quer dizer, aquilo que é mais previsível: IPTU, ISS, a receita de sempre, vamos dizer. E as receitas de Capital 5.600 bilhões. A receita de capital é o que a gente poderia dizer que são os ganhos extras. Se a prefeitura conseguir vender um dos terrenos que a Câmara autorizou a alienação, ela pode arrecadar alguns milhões de reais com isso, mas não arrecadou ainda. Então, na verdade, nem os impostos, mas essa aqui é menos garantida. Somando as receitas todas tem uma previsão de 68.900 bilhões de reais para o ano que vem.

Desses recursos a Secretaria Municipal das Subprefeituras terá um bilhão de reais; Habitação, 451 milhões; Educação, 13.700 bilhões; Esportes e Lazer, 204 milhões; Assistência e Desenvolvimento Social, 122 milhões. SMADS no orçamento da Secretaria tem um fundo. Esse é o orçamento do gabinete da secretaria em si, mas a maior parte dos recursos da Secretaria é do Fundo de Assistência Social que recebe recursos de várias fontes. 1.64 bilhão. Essas são algumas das secretarias que normalmente... Saúde, vamos lá, 9.800 bilhões; Cultura, 432 milhões; Verde, 249 milhões;

Subprefeitura de Pinheiros, 43 milhões; Subprefeitura do Butantã, 42 milhões; Subprefeitura da Lapa, 36 milhões. Fundo Municipal de Assistência Social 1.164 bilhão.

Em relação a diferença do orçamento deste ano para o orçamento do ano passado, Subprefeitura do Butantã, orçamento de 2018 foi de 35 milhões, o de 2019, 38. A proposta para 2020 é de 42 milhões. Subprefeitura da Lapa em 2018 foram 31 milhões; em 2019, 32 e proposta para 2020, então, 36 milhões. E a Subprefeitura de Pinheiros teve um orçamento também de 31.9 em 2018; 35, em 2019; e a proposta para 2020 é de 43 milhões.

Não vou me estender mais. Acho que eu já passei dos meus 15 minutos e quero passar agora para os comentários, contribuições, perguntas, demandas de vocês. Se vocês quiserem que eu detalhe algum outro número, a gente pode levantar aqui rapidamente. Lembrando que tudo isso é público e está publicado na página da Secretaria da Fazenda.

O primeiro inscrito é o Sr. Marcos Hirashima, morador, representando moradores do Distrito de Jaguará.

O SR. MARCOS HIRASHIMA - Mais uma vez, boa tarde a todos. Cumprimento as autoridades que compõem a mesa. Eu sou Marcos Hirashima, represento hoje moradores do Distrito da Vila Jaguará. Esta é a terceira vez que participo dessas audiências públicas: uma na Lapa, outra em Pirituba, agora dessa vez aqui na regional. É sobre o mesmo assunto, mesma demanda, como todos sabem, acho que a Soninha conhece muito bem, a região sofre muito com consequência de alagamento. Há décadas aquela região sofre esse problema. É de conhecimento de vocês que o Córrego Cintra nasce na Maria Domitila, que é em Pirituba, passa pelo Mangalot, pelo Santo Elias, Vila Jaguará e deságua no rio Tietê.

Por todo esse trajeto, uma parte vem canal fechado com 7 m e 20 de capacidade, chega próximo à pista da Anhanguera, tem uma caixa de equalização e ele caia para 4,5, sofre um enforcamento naquele local. Então, o que acontece? Quando chove um pouco mais, a água fica represada ao longo da Avenida Um, a Avenida Elísio Cordeiro de Siqueira. Ela atravessa pela pista de passagem embaixo da pista Anhanguera e inundando também a Vila Jaguará, o Cândido Portinari, outra rua na Vila Jaguará e deságua no rio Tietê.

Então estou pedindo para que, no próximo orçamento, o de 2020, nós já temos um estudo feito pela Siurb, o orçamento de um projeto-base de oito milhões e meio. Sabemos que esse valor não é possível ser realizado nem pela Prefeitura da Lapa e nem por Pirituba. Gostaria que pudesse incluir esse projeto no próximo orçamento, o de 2020; incluindo aquele valor de quatro bilhões. Soninha, por favor, peço empenho de todos os Vereadores da região – a Soninha, o Fernando Holiday, Eliseu Gabriel, Paulo Frange, Fabio Riva –, que conhecem muito bem o problema, para que façam esse esforço. Com certeza, estarão contribuindo para que possa melhorar a cidade.

Muito obrigado, gente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Deixa eu só tirar uma dúvida, seu Marcos.

Oito milhões e meio seria o valor necessário para executar a obra?

O SR. MARCOS – Exatamente.

P – Já tem o projeto, e concluiu que...

R – Já tem o projeto-base.

P – Tá certo. Muito obrigada.

Próximo inscrito é o César Pegoraro, da Comissão de Moradores do Parque Linear Água Podre.

O SR. CÉSAR PEGORARO – Boa tarde aos componentes da Mesa; boa tarde, cidadãos.

Venho falar em nome do Parque Linear Água Podre, que é um parque linear que está projetado já 14 anos para a região do Butantã.

O nome do córrego é um pouco engraçado, né, Água Podre, mas é um nome histórico bastante ligado a uma característica do rio, e se trata de uma política pública bastante inovadora para a cidade de São Paulo, porque não se trata de apenas a instalação de equipamentos ao longo do rio, trata disso também, de uma melhoria na condição de convívio, na condição ambiental ao longo desse rio, trata-se de uma ação de saneamento básico – ou seja, esse rio está sendo despoluído –, trata-se de uma ação de habitação – tem um programa habitacional porque tem uma comunidade instalada lá há muitas décadas sobre o rio, e essa comunidade foi atendida agora por um programa habitacional. Está inscrita, pelo menos, no programa habitacional.

Tudo isso passam a ser políticas casadas que representam uma melhoria ambiental em toda uma bacia hidrográfica, ou seja, a bacia hidrográfica desse rio chamado Água Podre. É uma política inovadora também porque, em grande parte, articula diversas secretarias, diversas órgãos, que, lamentavelmente, não têm o hábito de trabalharem juntos. Apesar de estarem sob o guarda-chuva de uma mesma prefeitura, a gente vê o quanto Siurb não dialoga tantas vezes com Siurb, com Sehab, com a própria Sabesp. Então estamos conseguindo convergir várias ações públicas para uma mesma região, atendendo várias demandas, várias

necessidades de um mesmo local.

Esse projeto não é novidade, vai completar 14 anos agora em dezembro. É um projeto bastante inovador para a cidade. E é um projeto que, infelizmente, não consta dos orçamentos municipais. Então tivemos uma reunião ontem com representantes de diversas secretarias – Sehab, Siurb, a própria Subprefeitura Regional do Butantã –, mais moradores e Secretaria do Verde, e não há orçamento para executar esse projeto. E o interessante é que esse mesmo projeto, por ser um projeto antigo, e um projeto que já teve diversas desapropriações, com todos os projetos do Executivo praticamente prontos. Então, só para a gente ter ideia, esse projeto que não existe hoje já consumiu dos cofres públicos mais de 50 milhões de reais, e não existe nada executado. Então tem uma questão bastante complexa, que sempre falo em nome de terminar uma obra que começou. E mais do que isso: dar a oportunidade para a cidade de viver uma política pública que ainda não existe na cidade, que é essa melhoria ambiental de uma microbacia, de uma bacia hidrográfica da cidade. Então se trata de uma política inovadora, um programa que foi executado em partes. Todas as desapropriações necessárias já foram feitas, todas com emissão na posse. O programa habitacional está com o projeto executivo. Soninha esteve conosco lá em Sehab no começo do ano; está praticamente terminado. Siurb já tem o projeto pronto – executou uma parte do projeto, mas falta conter todo um projeto de erosão e solapamento que há nas vias da região. Como é um projeto que não tem orçamento para ser executado, fomos atrás, os próprios técnicos trouxeram essa questão. Por isso, eu queria trazer para esta discussão da Comissão de Finanças, nesta audiência pública, para que vejamos como injetar uma energia para terminar uma obra na Cidade e ter a oportunidade de vivenciar uma nova política pública no nosso território.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Como eu já vi duas pessoas observando, eu preciso corrigir esses números dos orçamentos das subprefeituras pelo seguinte: eu só anotei o que era orçamento de atividade; quer dizer, daquilo que é constante,

das obrigações básicas das subprefeituras, e não considere o previsto para investimento. Teoricamente, esse é o básico, e o investimento é o adicional para promover melhorias em cada subprefeitura.

Tem a palavra a Sra. Maria Sampaio Bonafé, da Supervisão de Planejamento Urbano da Subprefeitura do Butantã.

A SRA. MARIA SAMPAIO BONAFÉ – Boa tarde. Sou da Supervisão de Planejamento Urbano da Subprefeitura do Butantã e hoje estou representando também o Subprefeito de Butantã. A demanda da nossa região são os córregos, quase todos abertos e sujeitos à erosão, inundação e ocupação.

Uma das coisas que eu queria deixar pontuada é aquilo que o César falou sobre o Parque Linear do Córrego Água Podre, onde já foram investidos realmente mais de 30 milhões de reais, faltando 18 milhões para completar a obra. Esse córrego está todo desocupado. Já foram feitas as desapropriações, ele voltou a ser ocupado, está começando a ter ocupações, e vamos perder tudo o que foi feito.

Além desse córrego, no Plano Regional que estamos elaborando, a mesma situação acontece no Córrego Jaguaré, nas nascentes do Jaguaré, onde está instalado o CEU Uirapuru, que está com graves problemas de erosão, de assoreamento.

No Rio Pequeno, há também o Água Podre, o Sarah, o Camarazal. Há uma lista que depois eu posso passar para que faça parte.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Por favor.

A SRA. MARIA SAMPAIO BONAFÉ – Não sei como eu poderia passar, mas temos algumas prioridades, dentre as quais esses problemas todos de parques lineares, de córregos que já estão praticamente prontos. Existem alguns que não têm mais a necessidade de desapropriação, que é só uma questão de calçada, de contenção de margens.

Por isso, pedimos que o Butantã possa ser contemplado.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Pergunto à assessoria da Comissão

se há um e-mail criado exclusivamente para o Orçamento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então, eu vou pedir a quem quiser mandar outras contribuições e informações por escrito, que mande para o *e-mail* genérico da Comissão: financas@saopaulo.sp.leg.br. E, por favor, destaquem no assunto do *e-mail* : “contribuições Orçamento 2020” para localizarmos mais facilmente.

(NÃO IDENTIFICADO) – Para as subprefeituras, vai ter um SEI direto, que é um sistema de informação, solicitando, ou vai ser feito através de *e-mail*?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Olha, eu acho que por uma questão de praticidade para o relator, se chegarem todos por *e-mail*, porque algumas sugestões nem chegam a constituir um processo ainda, enfim, fica mais fácil nessa etapa, creio eu, não sabemos quem será o relator, mas vamos concentrar num endereço. Vou escrever. financas@saopaulo.sp.leg.br. No *site* da Câmara Municipal. Mostra para todo mundo.

(NÃO IDENTIFICADO) – No *site* da Câmara Municipal, logo na primeira página, tem um *link*, podem colocar as suas demandas.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vamos combinar pelo *site* da Câmara Municipal ou pelo *e-mail* da Comissão de Finanças.

Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro, morador do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa tarde a todos. Sou morador da região do Ipiranga. O que fico sempre questionando é o que fazer do plano diretor de São Paulo? Os planos de bairro que foram aprovados na Câmara Municipal de São Paulo, os projetos que foram advindos dos bairros apresentado na Câmara, analisado pelos nossos Vereadores desde o ano 2002 e nós até agora não vimos nada acontecer. Estamos fazendo coisas como se fossem...não existem projetos para a cidade de São Paulo. E todos os prefeitos que chegam na cidade, fazem os seus planos e metas e nós não vemos esses planos e metas acontecerem. Chegam na Câmara Municipal e dizem que vão fazer isso, isso e isso e não vemos as coisas acontecendo. A cidade de São Paulo está cada vez mais desigual. Eu ando

de bike pela cidade à noite, ou durante o dia, e você em Itaquera, lá na Jacú-Pêssego, no centro de São Paulo, em frente do Fórum, ali na Praça da Sé, a quantidade de pessoas jogadas nas ruas. A gente não pode falar em dezenas, temos de falar em centenas de pessoas jogadas nas ruas.

A quantidade de favelas em São Paulo. Temos um quarto da população em São Paulo morando na favela e os planos de bairro são feitos aqui, desde o ano de 2002, que existem os planos de bairro que foram regulamentados por uma nova lei de 2017 e o plano diretor, lei 16.050, que não acontece. Agora, ficam falando o que fazer para arrumar a cidade de São Paulo? Com 3.500 quilômetros de córregos e rios, totalmente poluídos, cheio de esgoto.

A rede hídrica de São Paulo de São Paulo é uma vergonha, estamos vendo aqui, o próprio rio Pinheiros, o rio Tamandateí e outros córregos e rios totalmente poluídos. O córrego Ipiranga passa dentro do Parque da Independência, o maior cheiro de esgoto e você não vê nada acontecer. O Prefeito atual propôs 71 propostas de melhorias para a cidade de São Paulo. Nós estamos a 400 dias para as eleições e o Prefeito não fez qualquer coisa pela cidade de São Paulo. Aí eu pergunto, qual é a responsabilidade do Prefeito sobre essas propostas? Nenhuma. Amanhã ele vai embora, vem outro Prefeito e faz as mesmas propostas: habitação, moradia, lazer, regularização dos parques, saúde. Você vai, na saúde pública, o hospital municipal está uma vergonha nacional. É ridículo você ver um hospital público que não tem qualquer condição de funcionar e as UPAs não tem remédio, falta tudo e isso é, todo ano, a mesma história, se bate na mesma tecla. E por que não se faz acontecer? Os Subprefeitos Regionais, em sua maioria, não conhecem o território. Você pergunta onde fica o rio Pinheiros e ele aponta para esse lado. Se perguntar da Faria Lima, ele aponta para lá.

O que fazer com plano de bairros da cidade de São Paulo aprovado recentemente, com todos os projetos que vocês estão falando? A rede hídrica, o transporte, a centralidade, as moradias, equipamentos sociais, áreas verdes? Nós temos 76 parques na cidade de São Paulo. Se somar com os parques estaduais, dá o total de 107 parques, todos abandonados,

sem qualquer qualidade para se passear. O Parque do Ibirapuera está sendo privatizado porque não tem o certo cuidado que deveria ter.

Os Prefeitos chegam à Câmara Municipal e dizem “Eu juro que vou fazer”. Vão embora, e qual é a responsabilidade desse Prefeito da cidade de São Paulo, que não cumpre as suas metas de plano. Então, vou fazer uma proposta nesta Casa para que os Subprefeitos, pelo menos, tenha alguma proposta de governo. O Subprefeito não tem proposta.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Sr. João Pedro Rosin, Conselheiro de Saúde de Pinheiros, Conselheiro eleito.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN - Boa tarde. Estou um pouco chateado preocupado, Vereadora Soninha, porque a senhora falou em R\$ 5 bilhões de verba de capital de venda de terrenos, e a gente vê o PL 611/18, que pretende arrecadar R\$ 600 milhões, sendo que desses R\$ 600 milhões, até agora, o que estou vendo são R\$ 100 milhões só aqui de Pinheiros: estão vendendo a escola do SUS, estão vendendo o terreno do CRST da Lapa, estão vendendo duas ruas, sabia? Estão vendendo duas ruas em Pinheiros. Então, faltam 4 bilhões e 400 milhões de reais. Daqui a pouco, eles estarão vendendo a Faria Lima, a Rebouças.

Em suma, se os Srs. Vereadores aprovarem este projeto de lei, tinha que ter a contrapartida, e a nós da Saúde, também. Primeira coisa: reponha a escola do SUS, que vocês vão destruir. Vocês votaram para destruir a escola do SUS. Segundo, o CRST - Centro de Referência de Saúde do Trabalhador – cujo terreno que seria para a sua instalação também foi vendido. E vai sobrar dinheiro para caramba, que a gente calcula uns R\$ 100 milhões, até agora, só de Pinheiros.

Então nós queremos que esse dinheiro seja revertido para a área da saúde. Anota aí: Pronto-socorro da Lapa, a gente quer uma nova UPA naquele pronto-socorro, que está uma vergonha. Está aprovado, cadê? Não vi projeto, não vi nada. Cadê o orçamento?

Outra coisa, fecharam o pronto-socorro do Hospital das Clínicas. Se você tiver convênio, você entra lá e é atendido. Sabia disso? Então é bom saber. A gente quer um pronto-

socorro para substituir o pronto-socorro do HC que foi fechado pelo Governo Estadual, pela Faculdade de Medicina.

Além disso, estão no Plano de Metas os albergues. Não temos albergue feminino em Pinheiros, nem na Lapa. É uma vergonha, o dinheiro da habitação. Operação Urbana Faria Lima tem não sei quantos milhões, bilhões, em caixa, que deveria ser para construir as moradias da Favela do Coliseu, que já foi destruída, já foi removida. Estão pagando salário habitação para os caras na pequepê da vida, com o dinheiro em caixa, não rendendo mais porcaria nenhuma, os juros caíram.

Concluindo: cadê o dinheiro da habitação do Coliseu? Tem 500 milhões em caixa, e ninguém faz nada. Em suma: estão saqueando a Subprefeitura de Pinheiros. O que estão fazendo aqui é uma pirataria. Quando eu vejo o João pedir pelo amor de Deus para doar EPI? Doação de EPI para os trabalhadores, eu fico louco. E os caras vendendo 100 bilhões de patrimônio público! Para onde vai esse dinheiro? Nós queremos a nossa parte. Nós queremos aqui em Pinheiros a nossa parte desse patrimônio que é nosso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Sr. João Pedro.

Eu vou, ao final, fazer algumas observações e comentários meus, mas eu vou, agora, só corrigir algumas informações.

Esse Projeto de Lei que foi aprovado na Câmara autoriza a alienação de 41 imóveis da Prefeitura, da Administração Municipal, imóveis de várias características diferentes. Mesmo tendo votado contra o projeto, porque eu discordo de uma parte dessas autorizações, é uma primeira etapa muito longe ainda de se concretizar a venda efetivamente.

Alguns processos já são, podemos dizer, líquido e certo, como, por exemplo, o Clube Pinheiros ocupa, desde sempre, uma área municipal; o seu campo de futebol ocupa uma área municipal. Então, agora, o Clube Pinheiros vai comprar essa área. Continuará utilizando, mas, pelo menos, vai pagar por essa área.

No caso do terreno da Carlos Weber, na verdade, eu era Subprefeita quando eu cedi, autorizei a cessão do terreno, para a Saúde construir o CRST, que não chegou a ser feito.

Sou contra a alienação daquele terreno, considero uma área importante, mas não é um CRST ainda. Então, por enquanto, é só uma área desocupada.

Enfim, todos esses processos são processos de venda, com preço mínimo, avaliado, com valores de mercado. Algumas vezes, essa avaliação já foi feita e detalhada; em outras, não. Por isso, também, eu não concordei com o pacote todo de autorizações, mas ainda tem bastante possibilidade de briga e de interferência.

Quanto ao PS das Clínicas, na verdade, o que significa fechado. Ele já não era há bastante tempo de porta aberta, quer dizer, ele não é um pronto socorro em que se chega até ele para solicitar atendimento. Ele só recebe pacientes vindos de ambulância, de helicóptero ou referenciados de outras unidades. Não estou dizendo se eu concordo ou discordo disso, mas ele atende o público ainda, mas, sem essas condições, se você chegar lá por sua conta, eles vão indicar outra unidade de saúde que, talvez, acabe levando de volta para o HC. É só uma informação. Não é que ele se tornou privado. O HC tem uma parte que recebe recursos privados e atende pacientes privados, mas, no caso do PS, ele ser fechado significa isso. Temos vários serviços no Poder Público que dizemos que são serviços de porta aberta, onde o cidadão chega e solicita o serviço e tem outros que são referenciados. Estes não adianta você chegar lá na porta. Estes são para aqueles que têm o bendito, o famoso, encaminhamento. Na Saúde tem isso, na Assistência Social também tem isso. Não estou dizendo que funcionam as mil maravilhas, isso é só para dizer desse conceito de porta aberta e porta não aberta.

O próximo inscrito é o Sr. Cid Barbosa Lima, munícipe de Pinheiros.

O SR. CID BARBOSA LIMA – Boa tarde à Mesa. Sra. Vereadora, Sr. Vereador, Sr. Subprefeito, senhores e senhoras, eu, como morador de Pinheiros há muitos anos, mais propriamente, da Vila Madalena, estou meio preocupado, porque eu vejo, por exemplo... Vou citar ruas. A infraestrutura está um pouco complicada. Viu, Sr. João?

Porque, por exemplo, a Avenida das Corujas, que é próxima à chamada “Praça das Corujas”, que, na verdade... Eu até queria abrir parênteses, aqui, e passar a foto de uma placa que está com o nome errado. Não é “Praça das Corujas”. É “Praça Dolores Ibaruri”. Esse é o

nome oficial da praça. Então, eu gostaria que, primeiramente, se retificasse o nome na placa: onde está o nome de “Praça das Corujas”, que se chamasse “Praça Dolores Ibaruri”. Inclusive, havia uma placa, lá, na primeira reforma que foi feita, na época do Gilberto Kassab, que tinha o nome correto, de Dolores Ibaruri, mas a praça está tão degradada que arrancaram até a placa que foi colocada há não muito tempo.

Porém, o que me preocupa... Por exemplo, a Avenida das Corujas é uma avenida relativamente pequena, porque é continuidade de outras avenidas. No entanto, eu vejo um sistema de tapa-buracos contínuo, lá. Isso é pior que enxugar gelo. Isso, daí, é jogar dinheiro fora, porque o asfalto já está degradado. Quando ele racha todo – o senhor sabe, ele está totalmente rachado –, é só uma chavinha para passar o carro, levantar as placas e criar mais um buraco, lá. Então, toda hora há buracos, lá.

Há um buraco em frente à praça da minha querida avó, que já foi embora, Emília Barbosa Lima, que fica no começo da Rua Alvilândia, no final da Rua Nazaré Paulista. Alguma concessionária de serviço público descobriu que tinha um PV enterrado. Provavelmente, com algum recapeamento, enterraram a tampa do PV e está a mais de 10 centímetros.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – PV, para quem não sabe...

O SR. CID BARBOSA LIMA – É um Poço de Visita. Desculpe. É de alguma concessionária. Pode ser elétrica. Não sei exatamente, porque eu não parei para olhar, lá. Ou pode ser até da Sabesp, empresa na qual eu trabalhei. É bastante profundo. Você passa lá... Já vi quase um acidente, ali, porque foi desviar do buraco, que está grande. Tinham de fazer o alteamento da tampa do posto, do PV, para eliminar o problema. É isso o que precisa ser feito. Eu acho que o Subprefeito pode cobrar a concessionária, que está devendo esse serviço.

Haveria uma série de outras coisas. Eu acho que a questão dos buracos na Vila Madalena, principalmente, está muito grave. Está muito grave, mesmo. Eu acho que está faltando... Primeiramente, temos de recapear algumas vias. Eu não sei se recape entra como investimento ou entra como reforma. Eu acho que é como reforma.

Aliás, eu estou vendo que, para Pinheiros, foi muito bem dado um bom orçamento,

este ano. Eu me lembro de quando eu fui Administrador Regional, há muitos anos. Pinheiros tinha uma verba muito inferior à do Butantã e também inferior à da Lapa. Hoje, eu estou vendo que Pinheiros está superior à Lapa e ao Butantã. Então, eu acredito que esses problemas que eu aponte aqui, muito superficialmente, vão ser tratados com o devido...

Agora, eu quero aproveitar, já que a Vereadora Soninha Francine mencionou esse projeto de venda de 41 próprios municipais, para pedir que o Vereador Fernando Holiday explique, também, a sua posição quanto a isso. Eu achei realmente muito ruim essa aprovação, porque há duas escolas que são caracterizadas como escolas de alta qualidade pedagógica e, no entanto, estão colocadas nesse pacote de 41 imóveis para vender.

Então queria saber a posição do Sr. Vereador. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Pretendia falar só no final das apresentações, mas tendo em vista o questionamento, primeiramente boa tarde a todos e parabéns por estarem participando deste debate. Acredito que é muito importante a participação da população no debate quanto ao orçamento, principalmente no que tange as suas regiões em específico.

Quanto à aprovação do projeto realmente percebemos que houve um equívoco de redação no projeto que incluiu alguns terrenos que definitivamente não devem ser alienados como no caso dessas escolas. A Prefeitura, inclusive, já enviou nota a algumas reportagens que trataram desse tema anunciando que definitivamente estes terrenos não serão alienados. Realmente foi um equívoco de redação, mas por concordar com a maior parte da lista que estava ali, portanto, fiz um cálculo, a maior parte dessa lista não está dentro desse equívoco e acabei votando favoravelmente ao projeto.

Essa é minha explicação.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Vereador Holiday. Eduardo Domingues Teixeira, munícipe da Lapa.

O SR. EDUARDO DOMINGUES TEIXEIRA – Boa tarde a todos, meu problema é a correção do IPTU.

Sou aposentado e recebo só o aumento da inflação. E no meu pedaço tem cinco ou

seis casas para vender porque ninguém está aguentando pagar o imposto. Eu mesmo vou ter de vender a minha porque não tenho condição. O Prefeito corrige 10% todo ano e a correção do salário é 3,5; 4%. Esse é o problema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada o senhor. Hélio Camargo, municípe do Butantã, Câmara Temática de Mobilidade a Pé.

O SR. HÉLIO CAMARGO – Quero falar primeiro do Butantã. Apesar de São ter área verde de 12 metros por habitante, como indica a ONU, essas duas áreas estão concentradas no Norte e no Sul e as outras áreas quase não tem nada.

Quero reforçar que poderíamos fazer como as matas ciliares que foram feitas nas zonas rurais, criar uma rede de área verde reforçando aquilo que o Cesinha falou e também a Bonasteia, dos parques lineares. Só quero dizer que os parques lineares não precisam ser necessariamente sobre os córregos, porque a maioria está aterrada. Reforçar que as áreas que originalmente eram córregos - hoje não são mais - fossem ocupadas com áreas verdes, porque estão sendo ocupadas por particulares. As pessoas estão aumentando a área de seus terrenos.

Também que esses parques lineares fossem feitos nos canteiros centrais das avenidas. Deixar de plantar cimento como temos feito, porque além de aumentar a área verde evitaria o atropelamento de pessoas que atravessam fora dos cruzamentos.

Sobre área verde ainda, temos uma grande área verde que fica entre o Guarau e a Rosa Maria, era ZEPAM e na reforma de zoneamento passou a ser Zona de Interesse Social e vai com o tempo destruir realmente uma área verde que nem temos. O que queria falar com o Subprefeito – é que só o senhor está aqui -, de que a gente precisaria deixar de canalizar lixo para o Rio Pinheiros, porque a boca de lobo aceita toda a nossa sujeira. Então elas deveriam ter, além da grade, uma tela que segurasse essa sujeira e que inclusive inundasse nossas áreas para gente começar a aprender na marra a não jogar lixo por aí.

Com referência à Secretaria de Mobilidade e Transporte - que você não colocou aí -

eles precisam reforçar o programa de segurança viária. Já falamos, inclusive, a respeito disso lá, mas se não aumenta a verba específica para isso, não vai deixar de morrer pessoas, por exemplo, em 2019 o número está maior do que em 2018, que por sua vez estava estabilizado com 2017. E 85% dessas mortes, são de pedestres e motociclista. Então a gente precisaria ter ações preventivas nesse aspecto. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Sr. Hélio. O próximo inscrito é Roger Aparecido de Oliveira, da Diretoria Regional de Educação Butantã.

O SR. ROGER APARECIDO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e todas. Quero saudar a Mesa. Na verdade, eu vou ser bem breve porque fui contemplado na fala do César e na da Maria Bonafé. O César, lembrando de algumas ações que temos feito em articulação, agora em setembro nós desenvolvemos, inclusive, em parceria com a Secretaria do Verde, com a Sabesp e com a comunidade, um curso de formação para os educadores e para a comunidade do entorno do Parque Linear Água Podre para conhecer o território, para conhecer o histórico do Parque.

Então na verdade eu queria falar um pouquinho mais sobre o que a Maria disse sobre a necessidade urgente de intervenção na região do CEU Uirapuru, no bairro do João XXIII, no Paulo VII, que precisamos da conclusão do CEU. E o projeto que já existe do Parque Linear, nas Nascentes do Jaguaré, que seja viabilizado, executado para que de fato conseguíssemos ressignificar uma região como todo. Estendo isso para outras. Temos demanda no território, sim, de construção de unidades educacionais, de um CEI ali na região da Viela da Paz, de uma Unidade de Educação de Ensino Fundamental, no Jaqueline, mas como a Vereadora Soninha comentou, são questões que entram em Plano Plurianual, que não tem necessariamente condição de ser viabilizada aqui nessa Lei de Orçamento.

Mas quero reforçar a necessidade que os nossos colegas do Butantã falaram, em especial ali para a região CEU Uirapuru, para a gente conseguir viabilizar o projeto que já está posto há mais de dez anos; estamos falando de uns 15 anos.

Mas, obrigado. É isso gente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Muito obrigada. Eu não falei mesmo, o orçamento da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes é de três bilhões, mas também temos o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito com 1,300 bilhão e tem orçamento próprio da CET...(Pausa) Enquanto eu procuro aqui, o próximo inscrito é o Rogério Limonti, da liderança do PT na Câmara Municipal.

O SR. ROGERIO LIMONTI - Boa tarde a todos e todas. Sou Assessor da Bancada de Vereadores do PT da Câmara Municipal de São Paulo.

Como a Vereadora Soninha já falou, o Vereador Alessandro Guedes não pôde estar presente aqui, serão 24 audiências públicas do Orçamento, por isso os Vereadores estão se dividindo para estar em todas. Enquanto assessoria, a gente só vai trazer mais alguns números, a Vereadora Soninha já trouxe vários e ela trouxe sobre as atividades.

Vou apresentar rapidamente os números totais das três Subprefeituras.

Primeiro da Lapa. E antes de falar do orçamento, quero lembrar que o orçamento da Cidade de São Paulo, os impostos próprios, vem crescendo a dois dígitos, acima de 10%. Como já foi falado, além de IPTU que cresce cima de 10%, o Imposto Sobre Serviços também está crescendo acima de 10%, o ITBI está crescendo acima de 10%. É um cenário muito diferente do que se a gente for olhar para o Estado e para a União. A cidade de São Paulo tem uma arrecadação crescente, uma arrecadação forte, que está crescendo, muito diferente dos outros entes da Federação.

Bom, o orçamento da Lapa, para este ano de 2019, tinha previsto 40,6 milhões. Até setembro, executou menos da metade disso: 19,2 milhões. E para o ano de 2020, se a gente comparar 40, que era para este ano, vai cair para 36,6 milhões, que é o que está na proposta.

De Pinheiros, o orçamento deste ano, era de 41 milhões. Até o momento foi executado 21 milhões; até agora, próximo da metade também. A proposta para Pinheiros era 41 para este ano e vai para 43.

Para o Butantã, o orçamento deste ano, era de 45 milhões. Foi executado até o

momento 24 milhões, também menos de 20 milhões ainda não foi executado do orçamento previsto. E a proposta para o ano de 2020 é de 42,7 milhões. Então tem uma queda de 45, que era inicial, para 42,7 milhões.

Quis trazer um pouco desses números para pensar que nessa disputa as Subprefeituras, geralmente, sempre estão perdendo recurso, estão sofrendo recurso, e isso não coloco na conta do Subprefeito, não. Isso nem chega. Está no orçamento, mas o dinheiro é preso na Fazenda, mesmo com a arrecadação crescente. E o valor crescente, com muita tranquilidade, porque quando a gente vê o previsto que era para ser arrecadado e o que arrecadou das receitas correntes, se a gente pegar 2018, que já fechou, o que era previsto para arrecadar foi superado. Então arrecadou mais do estava previsto.

Então é um pouco dessas informações da Cidade. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Rogério.

Os dois números que fiquei devendo: Companhia de Engenharia de Tráfego, CET, o orçamento de 1 bilhão; SPTransporte SA, 8 bilhões.

A próxima inscrita é a Maria Magrini, do Conselho Participativo do Butantã.

A SRA. MARIA MAGRINI – Olá, boa tarde. Obrigada pela oportunidade. Vou colocar duas questões: primeira, a Fundurb é superavitária. E ela não está cumprindo o papel que é de aplicação nas obras da Cidade. Esse é o ponto número um.

E o segundo, que as emendas parlamentares, que são impositivas, não estão sendo liberadas. Elas são distribuídas, mas na hora da execução, não são direcionadas para onde elas foram colocadas.

Essas são as duas questões que eu gostaria que fossem analisadas, para que no próximo orçamento, não ocorresse a mesma questão. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. O próximo inscrito é o André Rodrigues, munícipe do Jaguaré.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES – Boa tarde a todos. Soninha, boa tarde. Vou falar especificamente para a Soninha, porque ela foi subprefeita da Lapa durante um tempo atrás.

Gostaria de saber como está a questão do Hospital Sorocabanos que é, praticamente, o sonho de vida do morador da zona Oeste, porque hoje a nossa região não tem nenhum hospital público com qualidade. O HU está sendo fechado aos poucos. Essa é uma questão.

Outra questão que gostaria que vocês levassem ao Secretário Edson Caram, dos transportes: que foi tirado um ônibus de cada linha, nessas duas últimas semanas, e não tem resolvida a questão de diminuir o intervalo, pelo contrário, o intervalo aumentou e a superlotação de pessoas também está aumentando.

Basicamente é isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Você sabe quais linhas, especificamente?

O SR. ANDRÉ RODRIGUES – Vamos começar: linha 7725 – Terminal Lapa/Rio Pequeno; 8019 – Parque Continental Butantã; e a 874 – Continental/Trianon.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Qual é o número dessa?

O SR. ANDRÉ RODRIGUES – 874.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – 874 – Continental/Trianon. Obrigada. Não temos mais inscritos por enquanto. Passo a palavra para a Mesa. Vereador Fernando Holiday.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Obrigada, Vereadora. Mais uma vez, boa tarde a todos e mais uma vez, agradecendo a presença de todos. Gostaria de pedir a todos que vieram e compareceram a esta audiência que também recomendem a amigos, familiares que residem em outras regiões para que participem das audiências públicas que ainda ocorrerão ou mesmo das audiências públicas temáticas, que ocorrerão dentro da Câmara Municipal.

Acho que a Vereadora Soninha, aqui, no início da audiência, explicitou bem as dificuldades que temos quando discutimos o orçamento. Temos uma grande parcela, na verdade a maior parte do orçamento, não diria prejudicada, mas comprometida por conta de gastos obrigatórios e a gente fica brigando por aquela parcela que ainda podemos escolher

para onde disponibilizar. É claro que ainda ouviremos muitas pessoas sobre diversas prioridades e problemas das mais diferentes regiões.

Um tema que foi levantado, acredito que mais de uma vez, aliás, mais de duas vezes, relacionado ao Parque Linear da Água Podre, esse é um problema que temos de discutir com certeza nesse relatório.

Quanto ao IPTU que o senhor levantou, é uma reclamação que teremos em diversas regiões da cidade de São Paulo, porque primeiro tivemos um problema quanto ao cálculo ainda ao longo dessa gestão, resultando em diversas reclamações. Temos alguns problemas em regiões da cidade com pessoas que não estão conseguindo sustentar a sua própria casa. Mesmo morando em determinadas regiões ao longo de décadas estão muitas vezes não conseguindo vender também os seus imóveis e estão abandonando os seus imóveis. E esses imóveis muitas vezes acabam sendo invadidos, como estamos vendo em algumas regiões do Morumbi. Esse é um problema que também precisaremos discutir e nos debruçar sobre eles.

Quanto aos outros problemas, teremos de discutir com o relator, que ainda não foi nomeado. Mas, de qualquer forma já foi um passo importante no início dessas discussões para a região de Pinheiros, Lapa e Butantã. Por isso, agradeço mais uma vez a presença de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Subprefeito João Grande.

O SR. JOÃO VESTIM GRANDE – Queria, primeiro, parabenizar a Vereadora Soninha pela brilhante exposição no início da nossa audiência, muito elucidativa, muito didática e parabenizar também pela condução dos trabalhos e todos esses esclarecimentos ao longo da audiência. E também ao Vereador Fernando Holiday pelo apoio e pela sua presença.

Acho que grande parte das questões que me foram endereçadas não é exatamente o foro adequado, estamos aqui para tratar do Orçamento 2020 e muita coisa vem de cidadania, questões de zeladoria. Mas, só para não deixar essas questões em aberto, muito rapidamente e superficialmente, eu diria que muitas das questões estão realmente endereçadas.

O João Pedro, que está sempre muito ativo no nosso conselho participativo e

outros órgãos; a questão da UBS Lapa, que está em andamento; os albergues femininos realmente são uma demanda, um pleito nosso da Subprefeitura de Pinheiros; a favela do Coliseu já está em processo de desmonte, em breve teremos o início das obras para a reconstituição de toda aquela comunidade.

Enfim, trazer aqui para o Sr. Cid, também, a questão da Av. das Corujas, ou córrego, temos uma emenda parlamentar de Vereador, cujas obras iniciarão nas próximas semanas e serão concluídas, ainda no exercício de 2019. A questão de tapa-buracos, realmente, isso não está muito no âmbito da Subprefeitura a questão de investimento para Recap, ou recapeamento de vias, que vem por meio de investimentos da operação urbana Faria Lima e outras dotações orçamentárias para investimento, mas não está na alçada da Subprefeitura. Enfim, são diversas demandas aqui.

Eu quero convidar os senhores que trazem essas demandas relativas à zeladoria, ou quaisquer outras relacionadas à Subprefeitura para que participem do foro adequado. Nós temos aí os conselhos de segurança, aqui na região de Pinheiros são quatro, tem o Conseg, Conselho de Segurança de Pinheiros, temos o Conseg do Itaim, do Brooklin e dos Jardins, assim como temos também o Conselho Participativo, temos a reunião do Cades no qual eu sou Presidente, Vereador. É o Conselho Ambiental de Desenvolvimento Sustentável, onde podemos discutir todas as questões afetas as áreas verdes. Enfim, convido os senhores a participarem dessas discussões.

Por fim, eu quero agradecer mais uma vez pela oportunidade, nos colocar à disposição, fazer um pouco de coro ao que foi colocado aqui pela Vereadora Soninha e também pelo Vereador Holiday nessa grande dificuldade que existe, isso é um fato, entre o relacionamento entre os diversos órgãos públicos. Não só entre Legislativo e Executivo, mas entre o próprio Poder Executivo também enfrentamos essas dificuldades e adversidades. Evidente que cada uma das Secretarias tem as suas idiossincrasias, suas particularidades, mas é um fato. Isso não foi criado por essa gestão, ou pelos Vereadores que hoje ocupam as cadeiras da Câmara Municipal. É um problema contextual, do país, que viemos vivenciando ao

longo de décadas. Acredito que eu ainda não era nascido e o Vereador Fernando Holiday tão pouco, mas é um coro que eu faço e deixo aqui também o nosso pedido especial aos Vereadores para que engrossem o nosso Orçamento da Subprefeitura de Pinheiros, realmente, temos diversas demandas, investimentos. É uma região importante da cidade e que requer demanda. A gente sabe que ainda está muito aquém do que a população precisa e a cidade merece.

Finalmente, eu queria só agradecer a presença de todos, parabenizar os senhores por estarem aqui nesse sábado, uma tarde ensolarada de sábado, praticando o exercício da cidadania. A democracia não se exerce de dois em dois anos. Mas é assim, todo dia, com diálogo constante, permanente com a população e o poder público.

Obrigado a todos. Fico à disposição. Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vou responder algumas perguntas que foram feitas em relação ao hospital Sorocabano e recuperar um pouco o histórico. Quem é da região conhece bem. O terreno foi cedido, a construção do hospital foi autorizada pelo governador Ademar de Barros, a área foi cedida com a condição de que fosse feito ali um hospital de atendimento ao público e o gestor era, não sei bem qual a forma jurídica, dos ferroviários da linha Sorocabana, que depois de uma gestão pior que temerária, ao longo de alguns anos recentes, quebrou e o hospital parou de funcionar. A partir daí surgiu uma disputa judicial que era a seguinte: os sorocabanos, a associação, ficou devendo para muita gente e a Justiça muitas vezes penhorou bens do hospital ou o próprio prédio do hospital para quitar as dívidas da associação dos ferroviários. O Governo do Estado recorreu várias vezes na Justiça para dizer que o prédio não era deles, que eles teriam que quitar as suas dívidas, mas esse imóvel é do Estado de São Paulo, depois de muito tempo, de uma perícia, de um questionamento, porque também a quadra dizia se era composta por vários lotes, então, talvez uma parte fosse do Estado, outra não.

Bem recentemente, a Justiça reconheceu que aquele patrimônio imobiliário é do Estado de São Paulo, o que era o primeiro passo para permitir, finalmente, um investimento

público, ali, nas instalações. A AMA que foi aberta ali e a Rede Hora Certa foram feitas mediante alguns acordos.

Agora, segundo o Secretário Municipal de Saúde, confirmada a propriedade pelo Estado, vai ser feita – tudo isso no futuro, porque ainda não está assinada, mas vai ser feita – uma troca, em que o Município cederá para o Governo do Estado o terreno onde hoje fica o Dante Pazzanese, que é uma área municipal, em uma unidade que não é do Município. Essa troca será feita de modo que a Prefeitura receba o terreno do Sorocabana e, aí, finalmente, possa fazer um investimento, as reformas necessárias, e reabrir o hospital. Quem dera isso fosse rápido, mas, em todo caso, ao menos uma pendência que havia, que paralisava completamente toda a possibilidade de investimento, foi resolvida.

Em relação às emendas parlamentares, no Município não são impositivas. É uma tentativa que se faz todo ano, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que as emendas sejam impositivas, mas, na verdade, não são e dependem sempre de muita articulação para que o dinheiro seja efetivamente gasto pelos órgãos municipais a que elas se destinam. Há milhões de problemas, aí, de burocracia, de falta de recursos humanos no número necessário para fazer toda a tramitação da papelada, para lá e para cá, mas o fato é que não é obrigatória a execução pelo Executivo.

Quem sabe, um dia, conseguimos cravar que as emendas sejam impositivas? Aí, certamente, vai haver um rigor maior em relação a nós, Parlamentares, para que as emendas sejam apresentadas, de fato, conforme a exequibilidade, porque, vamos supor, se eu disser: “Ah, eu coloquei lá três milhões para fazer um hospital.” Com três milhões não dá nem para fazer a reforma. Então, que tenhamos, também, um rigor maior. Vai ser mais difícil aprovar emendas, creio eu, se elas forem impositivas, mas, enfim, quanto mais perto da realidade for a peça orçamentária, é melhor. Estou aqui, dando uma opinião, mesmo. Não é, quase... Exceto a informação de que não são impositivas, o resto é opinião.

Quanto ao Fundurb, eu creio que tenhamos uma boa notícia, agora, porque, recentemente, foi aprovada na Câmara uma mudança nas regras de uso do Fundurb, pelo

seguinte: o fundo – muitos deles – é um tipo de recurso que chamamos de “carimbado”. Só pode ser usado para um determinado fim. Então, às vezes, estamos lá, na Subprefeitura, chorando para ter acesso ao recurso da Operação Urbana Água Branca, por exemplo, e o recurso, além de já ser carimbado, no caso da Água Branca tem uma medida judicial impedindo aquele gasto, com uma história complicada.

Em relação ao Fundurb, ele tinha uma regra que dizia o seguinte: 30% do Fundurb... O Fundurb, eu olhei, aqui, agora, e está com 700 milhões. Trinta por cento do Fundurb tinham de ser usados, obrigatoriamente, para aquisição de terrenos, para produção de Habitação de Interesse Social, na macrozona “x” – não me lembro do número. Qual foi a mudança aprovada, agora, na Câmara Municipal? O Fundurb – 30%, muito dinheiro – poderá ser usado ou deverá ser usado para Habitação de Interesse Social na mesma área, mas, inclusive, terrenos. Ou seja, não é mais aquele dinheiro só para terrenos – e por uma razão: é difícil encontrar terrenos viáveis para produção de habitação nessa macrozona mais central, mais bem localizada.

Quem foi que falou da mobilidade a pé? Você falou aqui também do Fundurb, eu anotei Fundurb por sua casa. Enfim, produção de habitação de interesse social, de moradias acessíveis na região bem servida de infraestrutura para conter esse espraiamento da Cidade, que acaba com as áreas verdes da zona Sul, da zona Norte, da zona Leste. Então, a partir dessa mudança aprovada na Câmara, esse recurso do Fundurb pode ser usado, por exemplo, para adquirir edifícios centrais e a reforma desses edifícios para produção, e tem de ser para habitação de interesse social.

Duas últimas observações minhas. Novamente, observo que são opiniões e posições minhas. Convido vocês novamente a examinar a peça orçamentária e identificar algumas dotações mais ou menos em aberto, em que podemos ir lá e puxar, indicar os recursos para os nossos fins. O Parque Linear da Água Podre, por exemplo, ali, como há intervenções de habitação, de saneamento, podem ser usados recursos do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, que é para onde vão os recursos que a

Sabesp precisa repassar para o Município. Então, ele pode ser usado para esse tipo de intervenção. Nós na Câmara Municipal não temos tanto poder assim de influência porque o Fundo tem um Conselho Gestor. Então, as obras, as intervenções precisam ser autorizadas pelo Conselho. De toda forma, o Legislativo também tem alguma influência nisso. Esse é um recurso que dá para disputar, de certa forma.

Falando de recursos de Orçamento mesmo, vejo aqui, por exemplo, que na Secretaria Municipal de Subprefeituras há várias dotações, mas cito uma em especial: “Manutenção e Operação de Praças, Canteiros Centrais e Remanescentes”. Inclusive, está aqui assinalado como parte do Programa de Meta 5-A. A que diz respeito essa dotação? Boulevard, calçada, calçadão, escadaria, espaço público, largo, passarela, passeio, praça pública, próprio municipal. E uma dotação de 30 milhões. Quando veja uma dotação assim, de valor muito redondo, é porque não está bem definido ainda para onde vai. É diferente de vermos R\$34.977.250,00, que sugere que esse recurso já tem um destino. Mas quando vemos 30 milhões para praças, calçadas, calçadões, escadarias e vielas, tudo indica que é um recurso ainda não definido. Aí, de novo, a participação de vocês nas audiências públicas nos ajuda a indicar que esse recurso vá para lá ou para cá. No caso aqui, muito presente: canteiros, córregos, viário, essa contribuição de vocês é importante.

Vocês naturalmente precisam do Poder Legislativo, e o Poder Legislativo precisa de vocês, porque vocês conhecem o que nós não somos capazes de conhecer, pela vivência cotidiana, pela experiência na ponta, tanto os servidores como os usuários dos serviços públicos, que todos somos de alguma maneira. A Câmara Municipal precisa muito dessa participação. É horrível folhear projetos de lei e ver lá a transcrição – pois tudo o que está sendo dito aqui será transcrito e transformado em processo -: “Audiência pública do PL 500/2019. (Pausa) Não há oradores inscritos. Declaro realizada a audiência pública”, sendo que não houve uma participação sequer. Então, por favor, compareçam na medida do possível e compartilhem com outras pessoas; se vocês mesmos não possam vir, algumas pessoas poderão ser representantes de vocês. E não esqueçam que há o portal da Câmara Municipal.

Não podemos dizer que somente quem compareceu à Câmara Municipal tem o direito de registrar sua demanda. Muitos não conseguem, não podem vir por vários motivos. Então, por favor, ajudem também a divulgar o portal para que qualquer um possa fazer a sua colaboração.

Pergunto aos presentes se alguém tem alguma outra colocação. (Pausa) Por favor.

O SR. MORGAN AUGUSTO DE OLIVEIRA – Sou Morgan, representante da Comissão de Relação com a Câmara Municipal de São Paulo, da OAB, comissão criada exatamente para sermos também um ponto de apoio da sociedade civil na interlocução com a Câmara Municipal e com os Vereadores.

Na verdade, é uma pergunta, que eu gostaria que um dos representantes da Secretaria de Orçamento pudesse me ajudar. Nos volumes que estão dispostos no Orçamento 2020, na previsão, existem uma série de itens com valores como 1 real, 2 reais. Um item que me chamou a atenção foi: Intervenção, Urbanismo, Mobilidade, numa determinada subprefeitura, e a dotação: 2 reais. O que leva a colocar esses valores? Evidentemente, não tem nenhuma relação com o Orçamento propriamente. E são muitos itens.

O SR. ARTUR – Sou Artur, da Secretaria da Fazenda, representando a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, órgão que recebe toda essa proposta e gera todos esses documentos; e que cuida do SOF, que é o Sistema Orçamento e Finanças da Prefeitura.

Em relação à questão do Sr. Morgan, eu teria que ver, pois, na verdade, cada caso é um caso. Evidentemente, haverá todo o debate na Câmara, a aprovação do Orçamento, a sanção pelo Prefeito, e o Orçamento em vigência. Mas durante o exercício de 2020 poderá haver mudanças, movimentações orçamentárias, que seguem todo um rito específico, processos legais de movimentação orçamentária. Eventualmente, essa dotação de valor pequeno poderá receber um crédito adicional, mas tem que ser analisado o caso específico, o porquê de essa dotação ter um valor tão pequeno. Depois, ao final da audiência, se quiser me mostrar, eu posso... E o senhor pode também encaminhar *email* com a dúvida – preferencialmente para o órgão, mas também para SUPOM.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – a assessoria técnica da Comissão quer acrescentar alguma coisa a isso? (Pausa) Algumas dotações têm de existir obrigatoriamente, porque alguma lei determina, ou porque em algum outro momento elas foram criadas, mas não foram suprimidas. E há uma atribuição ali de um valor simbólico, 1 mil reais, é bastante comum até, para manter aquela dotação como existente e ela poder, mais para frente, receber algum recurso. Porque se tivermos um recurso disponível e não tivermos uma dotação com aquela descrição, com aquela finalidade, que possa receber o recurso, não conseguimos utilizar. Aí, começamos a procurar onde pode caber aquele recurso, começa ficar meio difícil de rastrear. Então, muitas dotações têm essa característica; estão lá abertas e existem. Por exemplo, Fundo Municipal de Turismo, com 1 mil reais, para constar, para dizer que ele existe. Não há uma regulamentação prevista sobre onde vamos captar recursos para o Fundo de Turismo, por exemplo. Podemos propor, com um projeto de lei, dizendo: “1 real de cada ingresso pago para o Autódromo de Interlagos obrigatoriamente reverte para o Fundo de Turismo”; mas não há essa determinação. Então, ele existe de direito, mas de fato não há um recurso com o qual podemos contar.

Alguém mais? (Manifestações no recinto) Pode-se dizer, sim, que é um valor simbólico com a finalidade de que aquela dotação orçamentária fique ali, consignada, presente no sistema e possa receber recurso depois por parte de uma emenda parlamentar, por parte de alguma outra receita, transferência, outro valor.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS - Meu nome é Arlindo Amaro, sou da região do Ipiranga. Esse valor fica contido dentro do exercício de 2020, no caso? Caso não seja executada a obra esse dinheiro vai para onde?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vamos dizer que o dinheiro está na conta. Aí a gente prevê que vai usar assim, assim, assado. Se a gente não usar e o dinheiro existir, então ele fica como receita para o ano seguinte, mas ele vai precisar ser todo distribuído. Se ele já tiver sido empenhado, se eu já fiz uma concorrência, já assinei o contrato, mesmo que eu não tenha gastado naquele exercício, naquele ano, aí ele já vai direto para essa

finalidade no ano seguinte. Está empenhado, tenho de terminar de pagar uma obra, restos a pagar, coisa e tal.

Se o recurso não for empenhado, em boa parte das dotações, ele não é transferido de um ano para o outro. Há uma lei, ela tem um período de vigência. Ele vai ter de ser redesignado para aquele fim. Pode acontecer, por exemplo, que eu coloquei 100 mil reais numa emenda para fazer obras na Casa de Cultura no Butantã. Se não for gasto naquele exercício, a menos que haja um acordo político, eu vou ter de colocar de novo da minha cota de emenda.

Agora, tem alguns recursos, como o recurso de fundo, é uma conta corrente própria, específica, o recurso do fundo fica lá. Por isso, a gente vê o Fundurb, Operação Urbana, acumulando milhões e milhões ao longo do tempo. Esse recurso está lá, ele é carimbado para aquele fim. Basicamente é isso.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS - Então, na verdade, o dinheiro existe, porque a gente vê tanta proposta de projeto para a Cidade, mas poucas propostas resolvidas. Poucos projetos executados. Aí a gente fica perguntando sobre o dinheiro para onde vai.

No Parque da Independência no Ipiranga, há uma área anexa de dois mil metros quadrados, desde o ano 2002 que tem emenda parlamentar para que essa área seja anexada ao Parque da Independência. Todo início de governo é a mesma coisa, planos de meta do governo de que aquilo vai acontecer. Termina o governo e a coisa não acontece. A gente pergunta: o dinheiro para onde foi?

A gente não só vê nessas áreas, mas também nos parques lineares, habitação, como você mesma disse, os albergues para as pessoas moradoras de rua. Mas a gente não vê as coisas acontecerem. Isso que preocupa.

O outro colega falou que a gente não vive o dia de amanhã; a gente vive hoje, amanhã, eu não sei. E esse dinheiro fica na promessa, promessa, e a gente não vê as coisas acontecer, ao contrário, a gente vê a Cidade cada dia pior. A verdade é essa. Em qualquer lugar da Cidade onde se anda, veem-se moradores de rua. É lamentável isso. É triste andar

em Itaquera ou no Centro, na Praça da Sé, a quantidade de meninos, que são o futuro do Brasil, jogados naqueles parques. Ah não, isso vai ser resolvido, isso vai ser resolvido. Mas a gente não vê as coisas acontecerem.

Eu não sei se pode fazer uma colocação, mas que os subprefeitos, quando forem admitidos, eles que façam propostas de metas para o bairro. Os subprefeitos chegam aos bairros calados, saem calados, não vejo nenhum subprefeito falar: olha, eu estou aqui para fazer isso, isso e isso. Mesmo que seja das propostas do Prefeito. Porque o Prefeito falou em 71 propostas e a gente não viu nenhuma acontecer. Creio que houve orçamento para isso, mas a gente não viu nada ainda acontecer na Cidade em relação ao Prefeito hoje da cidade de São Paulo.

É lamentável.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Arlindo. Achei você muito negativo com esse “nada”, “tudo só piorou”. Mas aí é abertura de outro debate mais amplo.

(NÃO IDENTIFICADO) – É uma pergunta rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Indico como a última intervenção da plateia para caminharmos para a conclusão.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Subprefeito, o senhor falou que os serviços de zeladoria não estão no orçamento? Não entendi. É isso mesmo?

O SR. JOÃO GRANDE - É. Só fazer uma conclusão, uma consideração bem rápida do Sr. Arlindo. A grande dificuldade de o subprefeito hoje apresentar projetos, metas, etc. é justamente o que foi colocado ao longo do nosso encontro.

Quando esse valor, esse orçamento previsto de 43 milhões, para 2020, chega à subprefeitura - nós temos aqui o CAF Coordenação Administrativa Financeira - eu poderia ressaltar que esse dinheiro é muito carimbado. Nós não temos flexibilidade.

Essas dotações orçamentárias são muito inflexíveis. Eu não tenho como alocar o recurso para aqui ou acolá. Esse dinheiro vem absolutamente direcionado para aquela despesa específica.

Via de regra, para ser bem objetivo, bem pragmático, 95% de todos os recursos que chegam aqui já vem comprometido com a folha de pagamento ou com o pagamento das atas, como nós chamamos quando a gente presta um serviço de zeladoria, por exemplo, já entrando na questão da zeladoria. Nós temos serviços de áreas verdes, podas, remoção de árvores, gramados, etc. Há o serviço de tapa buraco, logradouros.

São as empresas terceirizadas que são contratadas pela Prefeitura, de uma forma geral, então a subprefeitura adere a uma ata, um contrato, cuja licitação foi desenvolvida pela secretaria e a gente adere àquele valor e há uma medição mensal para pagar esses serviços que foram efetivamente prestados.

Não há muita grande flexibilidade para a gente desenvolver qualquer tipo de projeto. O que nós fazemos? Aqui na Subprefeitura de Pinheiros nós temos buscado muita parceria com a iniciativa privada. Comentamos sobre a questão de praças, canteiros centrais, rotatórias verdes, para isso nós buscamos parceiros junto à iniciativa privada.

Tenho a grande satisfação em dizer que estamos alcançando a meta que nos impusemos para a adoção de 100 espaços públicos no ano de 2019. Esperamos concluir isso, todas elas em parceria com a iniciativa privada, seja um termo de doação que é celebrado, pelo qual é desenvolvida uma requalificação ou uma revitalização de um espaço público, ou seja, por meio de um termo de cooperação, onde uma pessoa jurídica da iniciativa privada assume a manutenção daquele espaço público.

Só concluindo. De fato, nós tivemos um ajuste de metas. Vejam, o Prefeito eleito em 2.016, assumindo em 2.017, João Doria Júnior, estabeleceu o seu plano de metas. Há poucos meses, o atual Prefeito Bruno Covas anunciou o seu ajuste de metas. O que é natural. Talvez o próprio Prefeito João Doria, se ainda estivesse aqui, teria ajustado até porque o nosso orçamento é muito dinâmico, depende muito do recolhimento de tributos. Sejam eles impostos, taxas, contribuições. Isso varia, depende, é muito dinâmico. Há a necessidade de ajuste.

Mas o que eu posso dizer é que o Prefeito Bruno Covas é muito sensível à questão da zeladoria da cidade de São Paulo, ele investiu sim muito nessa questão, sejam recursos

humanos, sejam recursos financeiros. Recursos humanos porque trocou mais da metade do time dos subprefeitos, dos secretários, houve um grande ajuste. Ainda provavelmente teremos mais algumas trocas de cadeiras. Em recursos financeiros, na medida em que o Prefeito Bruno Covas triplicou quando fez o ajuste, acho que foi em abril/maio, mais ou menos, havia uma estimativa de 500 milhões de reais para zeladoria, isso contemplando todas as 32 subprefeituras de São Paulo.

Esse valor era estimado para os dois últimos anos de mandato e, naquela oportunidade, o Prefeito triplicou esse valor para a zeladoria. Teríamos então 1,5 bilhão de reais apenas para a zeladoria, contemplando todos esses serviços públicos.

Recentemente, também ele fez novo ajuste nesse valor, não tenho o número exato, mas me parece que chega algo perto de 3 bilhões, ele triplicou novamente, precisa confirmar essa informação. Mas teremos bastantes recursos, justamente para melhorar a zeladoria na cidade de São Paulo como um todo.

(NÃO IDENTIFICADO) – Houve contingenciamento pelo Prefeito ou não? Serviço, por exemplo, de zeladoria é inaceitável um contingenciamento por que é problema de inundação, é problema de bueiro, enfim, é inaceitável uma coisa dessa.

O SR. JOÃO VESTIM GRANDE – O problema de bueiro, por exemplo, existe uma parte do serviço público, nós temos aqui equipes de galerias, mas as grandes obras são realizadas pela SIURB, pela Secretaria. Quando há necessidade, por exemplo, na Rua Estados Unidos temos um grande problema de galerias, a delegacia que tem ali entre a Rua Augusta e a Rua Haddock Lobo está constantemente alagada. Por quê? São galerias muito antigas ainda feitas de tijolinho. Elas não absorvem toda a demanda. Agora chegaremos no período de chuvas e o espigão da Paulista, que está no alto, então vai corredeira de água tanto para o lado do Centro como vem para o lado dos Jardins. Aquilo é absolutamente antigo. A infraestrutura é absolutamente inadequada com o crescimento urbano que houve, além da própria população. Não cansamos de ver a questão da poluição de Córregos. Por exemplo,

nessa galeria da Estados Unidos, para dar um exemplo bem fácil, encontramos lá - e é um diâmetro muito pequeno - um vaso sanitário foi parar dentro de uma galeria pluvial. Vimos primeiro com as câmeras, depois fazendo a intervenção com a obra efetivamente e ali precisaremos fazer uma grande obra por meio da Secretaria para fazer uma nova galeria pluvial, com diâmetro maior, de uma tecnologia com inovação e tudo mais novo.

Então, há casos em que esses valores que foram empenhados, as vezes foram executados, mas estão pendentes ainda de pagamento porque existe todo um procedimento burocrático para medição, aprovação e até o pagamento efetivo. Então, esse número que às vezes a gente acha “mas só”, gastou tanto e tem tanto de orçamento, isso até dezembro pode mudar muito e sobrar um valor residual muito menor.

Então, esse tipo de coisa acontece e também as dificuldades e adversidades do dia a dia. Por exemplo, a questão do tapa-buraco ficamos meses sem poder dar andamento na execução do serviço por conta do fornecedor, da usina que fornecia a massa asfáltica, são questões que independem diretamente da gestão e do poder público.

Então, essas coisas realmente acontecem no dia a dia.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Subprefeito.

Quando eu fui subprefeita da Lapa, o meu orçamento anual era vinte e seis milhões. 14 milhões, folha de pagamento, portanto, sem possibilidade de intervenção. Nove milhões só para manter os serviços contratados: poda de árvore, capinação, microdrenagem, limpeza de boca de lobo. Então, sobravam livres três milhões de reais para investimento, não dá para nada. Se eu fosse - como a gente cogitou de fazer - reformar o canteiro central da Avenida Sumaré, arborização urbana, piso permeável, reformar a ciclovia, fazer um caminho de pedestre separado, sinalização e iluminação pública, tudo naquela época seriam 2,5 milhões. Todo recurso disponível para investimento eu gastaria num canteiro central de uma avenida. E aí você faz o quê? Não faz. Vai gastar dinheiro lá na Vila Jaguara que é melhor.

O SR. JOÃO VESTIM GRANDE – Eu diria que nesses oito, quase nove meses que

assumimos a Subprefeitura, todos esses projetos que foram desenvolvidos, os recursos ou são oriundos da iniciativa privada ou de emenda parlamentar. Nada deles vindo direto da dotação orçamentária nossa destinada à Subprefeitura de Pinheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É difícil olhar para o orçamento e ver de onde a gente tira para aumentar o outro. Com certeza, as subprefeituras não têm recursos suficientes nem para manter o que tem, porque imagino que com três equipes de poda de árvores você não dá conta, precisariam de seis equipes de poda de árvore, quanto mais para fazer os investimentos e, acreditem, a gente precisa das demandas da sociedade para conseguir ter acesso ao recursos de fundos, ter acesso a recursos de secretarias. E aí uma posição bem pessoal que a acredito que o Vereador Fernando Holiday é partidário - somos cinco ou seis Vereadores que acreditam - que uma parte do orçamento de onde dá para tirar um pouco de recurso é da função Legislativa, em especial, do Tribunal de Contas do Município. É um órgão de controle externo do Executivo e também do Legislativo que consome quase 300 milhões de reais de orçamento anual sem ter o compromisso com aquisição de produtos, com o fornecimento de serviços direto à população. Então, para um órgão que só faz o controle, sem menosprezar a atividade em si, esse é outro debate, mas 300 milhões de reais por ano é 10 vezes o orçamento da Subprefeitura de Perus, por exemplo.

Então, eu não vejo na sociedade massa crítica para chamar atenção para essa divisão de recursos. É mais que o orçamento da Secretaria de Verde e Meio Ambiente, mais que a Secretaria de Esportes e Lazer e sem que a sociedade comece a apontar isso, que isso vire meio que um refrão, a gente não consegue na Câmara só reduzir. Veja, eu não quero reduzir a atividade do Tribunal de Contas, posso questionar várias coisas, mas o custo. Considero um custo muito elevado para um órgão de controle.

Poucas cidades mantiveram seu Tribunal de Contas por que era anterior à Constituição, duas cidades se não me engano. E enfim, é uma discussão que me toca bastante e somos alguns Vereadores lá que falam bastante nisso.

Para concluir, já devia ter concluído.

(NÃO IDENTIFICADO) – Temos na cidade de São Paulo dois órgãos que cuidam da Cidade: a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas do Município. Não falta aí um pouco de organização, de planejamento? Qual seria a função do Tribunal de Contas do Município? Porque, como você falou, o orçamento lá de Perus é uma coisa; o orçamento da Regional de Pinheiros é outra; eu vou lá para a Regional de Itaquera e é outra. Então, está fazendo falta uma organização de planejamento. Concorda que a falta da sociedade, a ausência da participação social é muito grande e eu insisto muito para que as pessoas compareçam, mas infelizmente a falta de cultura, a falta de informação leva as pessoas a não irem nessas representações.

Sou do Conselho do Trânsito, do conselho do Conseg, do Cades e não vemos as coisas acontecerem. O Conselho de Segurança Pública é uma vergonha, você vai lá para bater papo. São serviços municipais que o Conseg trata de Segurança Pública. Até eu falo com o Presidente, amigo meu, “olha, é lamentável você vir aqui e a pessoa falar que tem um buraco na minha rua, a lâmpada não está acesa”.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Para ter a importância de espaços para falar. As pessoas de fato, vão ao Conseg para reclamar e tem uma relação de iluminação pública, de mato alto, de lixo fora de lugar com a segurança, claro que sim, mas é isso são obrigações do Município que estão no Conseg.

(NÃO IDENTIFICADO) – Do órgão do Estado. O rapaz anota, encaminha e no mês que vem volta com a mesma conversa. Vou ao Cades e eu falo “gente, a gente vem no Cades, ficamos duas horas e pouco aqui batendo papo.” Não se tem projeto para se falar da área de planejamento de vegetação urbana.

Então, falta um planejamento, um auxílio do Tribunal de Contas, sei lá, para que faça uma distribuição desse dinheiro que a cidade tem 96 distritos e 32 Subprefeituras. Repito, a gente não vê as coisas acontecerem de melhor para a sociedade. É lamentável.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Muito obrigada a todas as pessoas presentes, representantes do Executivo, representantes da Câmara Municipal de São Paulo,

assessoria de Vereadores. Reitero o convite para as próximas audiências públicas, audiências gerais e temáticas que vão acontecer na Câmara Municipal de São Paulo.

Regimentalmente, a gente costuma dizer: “nada mais havendo a tratar”, como não é verdade, então, muito mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública do orçamento 2020. Agradeço vocês por estarem aqui.
